

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, na Sala nº 502, do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quatorze horas e cinquenta minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - CGFNPS reuniu-se em sessão ordinária, com a presença dos seguintes membros: Sidnei Borges Fidalgo, Vice-Presidente do CGFNPS, representante suplente da Secretária Nacional de Segurança Pública e Presidente desta Sessão; Guilherme Zambarda Leonardi, representante suplente do Ministério da Justiça; Carlos Humberto Oliveira, representante titular da Casa Civil da Presidência da República; Myron Moraes Pires, representante suplente do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho, representante suplente da Procuradoria Geral da República. Participaram também da sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O presidente, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação da Ata da 34ª Reunião Extraordinária; 2) Apreciação de 19 projetos estaduais; 3) Apreciação de 04 projetos municipais; 4) Autorização para adequação de valores do projeto de aquisição de helicóptero da Polícia Rodoviária Federal (aprovado na 74ª Reunião Ordinária).

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, o vice-presidente expôs os motivos que impediram o comparecimento da Senhora Presidente à reunião e colocou em apreciação a Ata da 34ª Reunião Extraordinária que foi aprovada sem objeções. Neste contexto, o Conselheiro Felipe Daruich Neto recordou que na sessão anterior, devido a problemas de agenda, ele chegou à reunião após a aprovação da Ata da 76ª Reunião Ordinária. No decurso da reunião, ele recebeu a ata para apor sua assinatura, contudo, ele optou por assiná-la somente ao final da reunião a fim de não prejudicar o acompanhamento dos assuntos que estava em discussão. Encerrada a reunião, ele verificou que na ata aprovada não constava uma observação feita por ele, cujo registro ele considerava necessário. Diante disso, apesar das assinaturas contidas no documento, ele solicitou à secretaria do Conselho a inclusão da observação, ponderando que na reunião subsequente solicitaria a reavaliação da ata e uma nova votação. Após esta manifestação, o Conselho acolheu a proposta de reavaliação da ata da 76ª Reunião Ordinária.

Em seguida, o Engenheiro Welly Lacerda Bonfim apresentou a proposta a seguir detalhada referente à ação apoio à Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública:

	UF	Nº. Proposta SICONV	Objeto da Proposta	VALOR DO FNPS			Contra-partida	Total da Proposta (R\$)
				Capital	Custeio	Total		
1	GO	037327/2011	Construção de prédio anexo à Secretaria da Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás (Emenda Parlamentar) .	2.300.000,00	0,00	2.300.000,00	40.904,57	2.340.904,57

Aberta a palavra, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira anunciou que estava em fase de conclusão um projeto de lei objetivando a alteração da Lei nº 10.201/2001 porque nela não está explícito o apoio a projetos de obra de construção, os quais são aprovados pelo Ministério da Justiça com fulcro na expressão “dentre outros” consignada no caput do art. 4º da referida Lei. O Conselheiro acrescentou que no projeto de lei mencionado será proposto que os recursos destinados aos projetos contemplados pela expressão “dentre outros” não ultrapasse 10% do total de recursos destinados aos projetos efetivamente alcançados pelos incisos I a V do art. 4º da Lei em comento. Em seguida, os Conselheiros fizeram comentários sobre as reiteradas discussões do colegiado acerca do fundamento legal dos projetos de obras e elogiaram a alteração anunciada visto que solucionará freqüentes divergências acerca do tema. Finda as manifestações, a proposta foi colocada em votação e foi reprovada porque o projeto destina-se a fins administrativos e logísticos e não à atividade operacional da polícia. No entender do Colegiado, as propostas com esta finalidade devem ser financiadas pelos Entes Federativos, cabendo à União apoiar projetos que impactam diretamente a segurança pública. Registra-se que no decorrer da votação do pleito foi observado que a ordem de votação instituída no § 4º do art. 8º do Regimento Interno do Colegiado não estava sendo obedecida, visto que o Presidente deveria ter sido o primeiro a proferir o voto e não o

último. O presidente, que ainda não havia proferido o voto, acatou a observação e declarou que se absteria de votar nesta proposta.

Com a palavra, o servidor Fabio Manhaes Xavier, Coordenador-Geral de Ensino do Departamento de Pesquisa e Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública – DEPAID, ressaltou que as propostas destinadas aos Estados-Sede da Copa 2014 seriam apresentadas primeiro e após seriam apresentadas as últimas propostas do Edital nº 02/DEPAID/SENASP. Em seguida, ele fez um rápido comentário destacando de forma genérica os projetos da COPA e após convidou o servidor Hércules Freitas para apresentar as propostas individualmente. O servidor explicou que foram apresentadas 19 propostas, sendo que na pauta constavam quinze e quatro seriam apresentadas na próxima reunião. Em seguida, ele apresentou cada uma das propostas discriminadas na tabela abaixo. Ressalta-se que estas propostas estão inseridas no âmbito da ação denominada: Ações Preventivas de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014:

	UF	Nº- Proposta SICONV	Objeto da Proposta	VALOR DO FNSP			Contra- partida	Total da Proposta
				Capital	Custeio	Total		
1	MT	064095/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino do Corpo de Bombeiro Militar do Mato Grosso, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	842.907,81	130.918,37	973.826,18	9.836,63	983.662,81
2	SP	063612/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino de Segurança Pública do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	1.139.226,22	435.050,35	1.574.276,57	34.438,41	1.608.714,98
3	PR	064044/ 2011	Reestruturar na Escola Superior de Polícia Civil do Paraná, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	557.639,11	0,00	557.639,11	11.380,39	569.019,50
4	PR	064107 /2011	Estruturar nas Unidades de Ensino do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	1.106.195,53	12.651,40	1.118.846,93	22.833,61	1.141.680,54
5	PR	064098/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino da Academia Policial Militar (APMG) do Paraná, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	1.696.265,94	46.449,16	1.742.715,10	35.565,61	1.778.280,71
6	PE	063538/ 2011	Estruturar nos Campi de Ensino da Academia Integrada de Defesa Social de Pernambuco, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	2.768.670,13	1.715.977,53	4.484.647,66	45.299,47	4.529.947,13
7	RS	062447/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino de Segurança Pública da Academia de Polícia Civil do Rio Grande do Sul ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	689.587,12	472.836,82	1.162.423,94	23.786,37	1.186.210,31
8	RN	062005/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino de Segurança Pública do Rio Grande do Norte, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	1.664.729,18	152.508,62	1.817.237,80	21.305,10	1.838.542,90

9	AM	064089/ 2011	Estruturação das Unidades de Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública do Amazonas, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas a capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	1.961.393,23	812.495,00	2.773.888,23	28.019,07	2.801.907,30
10	RJ	064084/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino de Segurança Pública do Rio de Janeiro, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	624.020,88	141.093,81	765.114,69	15.789,24	780.903,93
11	RJ	064103/ 2011	Estruturar as Unidades de Ensino de Segurança Pública, com ambientes adequados para a realização dos Cursos de Especialistas e Multiplicadores nas temáticas designadas ao Estado do Rio de Janeiro no projeto de Capacitação da Copa do Mundo FIFA de 2011 – SENASP/SESSEGE.	2.185.989,29	308.506,52	2.494.495,81	50.908,08	2.545.403,89
12	DF	063925/2 011	Estruturar nas Unidades de Ensino de Segurança Pública do Distrito Federal, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	1.886.225,01	206.807,67	2.093.032,68	27.210,40	2.120.243,08
13	BA	063788/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino de Segurança Pública do Estado da Bahia, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	3.018.628,43	1.073.166,58	4.091.795,01	43.112,50	4.134.907,51
14	CE	063973/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino de Segurança Pública do Estado do Ceará ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	2.383.710,12	852.175,59	3.235.885,71	32.685,71	3.268.571,42
15	MG	060402/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	2.899.132,63	821.029,23	3.720.161,86	75.921,67	3.796.083,53
TOTAL				22.405.692,20	7.191.666,65	32.605.987,28	478.092,26	33.084.079,54

Finda a exposição, a Dra. Isabel Seixas de Figueiredo, Diretora do DEPAID, juntamente com os servidores Fabio Manhaes Xavier e Hércules Freitas responderam diversas indagações dos Conselheiros não só referentes aos pleitos apresentados como também sobre vários assuntos relacionados à atuação e à capacitação dos policiais estaduais e federais no contexto dos grandes eventos. Respondidas as perguntas apresentadas, este bloco de propostas foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Cabe consignar, que o Conselheiro Felipe Daruich Neto voltou a destacar a importância de se observar ocorrência de sobreposição de atendimento de pleitos. A Dra. Isabel declarou que os projetos em pauta não continham sobreposição e ressaltou que ficou acordado que no início do próximo ano o DEPAID apresentaria ao Colegiado um relatório com os repasses feitos para os Estados com a finalidade de atender demandas da Copa tanto neste exercício como em exercícios anteriores.

As propostas relacionadas ao Edital nº 02/DEPAID/SENASP inserem-se no contexto da Ação Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional e foram expostas pelo servidor Ademarcio de Moraes, a saber:

	UF	Nº. Proposta SICONV	Objeto da Proposta	VALOR DO FNSP			Contra- partida	Total da Proposta (R\$)
				Capital	Custeio	Total		
1	SE	048124/ 2011	Capacitação dos profissionais de Segurança Pública e aprimoramento das instalações físicas das instituições de ensino da Segurança Pública de Sergipe.	798.791,47	636.658,30	1.435.449,77	32.250,00	1.467.699,77

2	DF	047591/ 2011	Aprimoramento das estruturas físicas das unidades de ensino das Instituições de Segurança Pública do DF, criação da Escola Itinerante em Segurança Pública e profissionalização dos servidores da Segurança Pública por meio de Cursos de Especialização em áreas específicas.	368.000,00	824.515,89	1.192.515,89	12.045,62	1.204.561,51
TOTAL				1.166.791,47	1.461.174,19	2.627.965,66	44.295,62	2.672.261,28

A proposta de Sergipe foi aprovada sem objeções. A proposta do DF voltou à pauta porque o colegiado observou que o preço apresentando para o ônibus escola estava muito elevado quando comparado com pleitos de outros Estados; no contexto das discussões foi sugerido que seria mais econômico substituir o ônibus por um trailer e os representantes do DF presentes naquela reunião acolherem a idéia apresentada. Diante disto, o Ente procedeu à alteração sugerida, contudo utilizou o valor economizado inserindo novos itens na proposta. Alguns conselheiros ao analisar a adequação feita alegaram que foi acordado que um item da proposta seria substituído por outro, mantendo-se o pedido inicial, porém com a inserção de novas demandas, a proposta passava a ter outro formato. A Dra. Isabel esclareceu que em seu entendimento o valor total da proposta permaneceria porque estava compatível com os critérios do edital. O Presidente declarou que também teve o mesmo entendimento. Os conselheiros que estavam presentes na reunião afirmaram que não tiveram o entendimento do Presidente e ponderaram que já havia sido declarado à SENASP que não compete ao Colegiado aprovar o conteúdo de editais e sim deliberar sobre os projetos ali apresentados. Na seqüência, o Presidente explicou aos Conselheiros que não estavam presentes naquela reunião os fatos que ensejaram a solicitação de alteração da proposta. Após estes esclarecimentos, os conselheiros abordaram os seguintes assuntos: a não vinculação do Colegiado ao Edital; a manutenção dos valores de custeio e capital conforme edital frente à possibilidade do colegiado propor mudança em determinada proposta; o papel dos Conselheiros em relação ao Fundo; a singularidade do DF no contexto nacional; a supremacia do colegiado frente às decisões da SENASP, dentre outros assuntos. Por fim, o colegiado decidiu aprovar o pleito com a exclusão dos acréscimos, devendo a proposta ser ajustada no SICONV, conforme deliberado. Encerrada a votação, a Dra. Isabel fez os seguintes destaques: ressaltou a importância da publicação de editais; destacou a necessidade de avaliar e aprimorar o processo de elaboração de edital a fim de evitar que situações como a ocorrida com o DF volte ocorrer; salientou que a alteração de critérios técnicos defendidos não só fragiliza a área técnica como também pode desacreditar o edital e propôs a inserção do Colegiado neste processo de discussão. Dito isto, o Conselheiro Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho destacou que iniciativas como a publicação de editais são louváveis, porém o Conselho não pode opinar acerca das regras ou dos critérios que compõem qualquer edital sobre o qual terá que deliberar, uma vez que todas as decisões futuras estariam vinculadas ao edital e desta forma o colegiado ficaria impedido propor correções, como no caso da proposta ora apreciada. O Presidente declarou que a SENASP precisava reavaliar o processo de editais, debatendo e discutindo questões e procedimentos técnicos com vistas ao aprimoramento da qualidade técnica das propostas para que elas cheguem ao Colegiado com o mínimo de erro possível. Após o encerramento deste ponto de pauta, conforme anunciado no início da reunião, o Conselheiro Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho declarou que deixaria a reunião para cumprir agenda inadiável em seu órgão de trabalho, antes, porém, ele informou que infelizmente na próxima semana não poderia comparecer à reunião extraordinária do Colegiado porque já havia confirmado a participação dele em diversos compromissos do Ministério Público.

Em seguida, o servidor Rodrigo César de Melo apresentou a proposta abaixo discriminada referente à ação denominada: Reparcelamento e Modernização dos Órgãos de Segurança, que foi aprovada sem a necessidade de registros especiais.

	UF	Nº. Proposta SICONV	Objeto da Proposta	VALOR DO FNPS			Contra- partida	Total da Proposta (R\$)
				Capital	Custeio	Total		
1	MA	037140/ 2011	Reaparelamento do Corpo de bombeiros localizado no município de Timon/MA, mediante a aquisição de veículos, equipamentos de proteção individual e demais instrumentos de resgate (Emenda Parlamentar)	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	10.200,00	1.010.200,00

As servidoras Cristina Gross Villanova e Cátia Simone Gonçalves Emanuelli apresentaram as seguintes propostas municipais:

	UF	Nº Proposta SICONV	Objeto da Proposta	VALOR DO FNSP			Contra-partida	Total da Proposta
				Custeio	Capital	Total		
1	Salvador/BA	32233/2011	Aquisição de equipamentos para o aparelhamento da estrutura administrativa e operacional da Guarda Municipal do Salvador, visando à prática da segurança preventiva com mais atuação junto à comunidade (Emenda Parlamentar)	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	15.966,67	1.015.966,67
2	Canoas/RS	32638/2011	Potencialização das ações da Guarda Municipal por meio da aquisição de equipamentos (veículos), visando à melhoria do atendimento prestado à população na prevenção da violência e criminalidade – Guarda Municipal de Canoas/RS (Emenda Parlamentar)	0,00	500.000,00	500.000,00	36.016,81	536.016,81
3	Betim/MG	050067/2011	Implantar o projeto Educando para a Vida nas localidades de Jardim das Alterosas, Citrolândia e Jardim Teresópolis do Município de Betim/ MG, visando promover ação de prevenção à criminalidade e envolvimento com tráfico de drogas com crianças e adolescentes, da rede pública de ensino, por meio de debates, formação lúdica e rodas de conversas coordenados por Guardas Municipais capacitados para esta ação (Edital nº 03/2011/SENASP)	168.756,00	0,00	168.756,00	3.444,00	172.200,00
4	SC	63716/2011	Dotar a Divisão de Repressão de Entorpecentes da DEIC, as Divisões de Investigações Criminais – DICs e a Delegacia Especializada de Homicídios da Capital de equipamentos permanentes e de consumo para melhoria da investigação policial e da resolução das ocorrências policiais, com vistas à eficiência do trabalho policial e eficácia da persecução penal (Emenda Parlamentar)	157.062,40	4.610.644,60	4.767.707,00	97.301,00	4.865.008,00
TOTAL				325.818,40	6.110.644,60	6.436.463,00	152.728,48	6.589.191,48

A proposta de Canoas/RS foi reapresentada ao Colegiado em virtude dos apontamentos feitos na 75ª Reunião Ordinária realizada em 17/10/2011. Registra-se que as propostas de Betim/MG e Santa Catarina referem-se à ação Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade e as propostas de Salvador/BA e Canoas/RS referem-se à ação Reparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança. No tocante ao projeto de Canoas, solicitou o conselheiro Carlos Humberto que constasse do instrumento firmado com o município recomendação para que os equipamentos e materiais incluídos no projeto não fossem utilizados na execução de ações para as quais os órgãos municipais não teriam competência legal, tais como policiamento ostensivo e investigação criminal. A servidora Cátia ao apresentar a proposta de Santa Catarina esclareceu que o pleito era oriundo de uma emenda parlamentar que totalizava R\$ 17 milhões, os quais foram repartidos entre 04 propostas, sendo que 03 ainda encontravam-se sob análise e possivelmente serão apresentadas na próxima reunião. Finda a exposição, os questionamentos apresentados pelo colegiado foram respondidos e após as propostas foram colocadas em votação e aprovadas por unanimidade.

Dando prosseguimento, o Presidente anunciou a presença da Dra. Maria Alice Nascimento Souza, Diretora Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF e convidou o Inspetor Luciano da Silva Fernandes para apresentar o pleito do DPRF. Este servidor explicou que na 74ª Reunião Ordinária realizada em 14/09/2011 foi aprovada a aquisição de 02 helicópteros para resgate aeromédico no valor total de R\$ 23.200.000,00. Diante disto, foi iniciado o procedimento licitatório e publicado o Pregão Presencial Internacional nº 39/2011, contudo foi observada uma variação cambial entre as

propostas comerciais apresentadas inicialmente e as propostas apresentadas no âmbito do citado pregão. Na seqüência, o servidor fez uma exposição detalhada citando diversas aquisições (públicas e privadas) deste tipo de aeronave realizadas no período de setembro a dezembro/2011, enfatizando as oscilações do dólar observadas no período. Franqueada a palavra, os Conselheiros comentaram os seguintes assuntos: as dificuldades enfrentadas pela administração pública na execução de projetos cujo valor do bem é cotado em dólar; a diferença entre o valor inicial e o valor efetivamente licitado; a importância das aeronaves para o DPRF durante e após os grandes eventos, dentre outros assuntos. Após estas manifestações, o acréscimo solicitado, no valor de R\$ 15.427.032,00, foi aprovado por unanimidade. Dessa forma, o custo para aquisição das duas aeronaves totalizará R\$ 38.627.032,00. Por fim, registra-se que o recurso do projeto refere-se à ação orçamentária denominada: Ações Preventivas de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014.

Encerrada a pauta, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira declarou que há alguns anos ele vem observando que diversos semáforos do Distrito Federal tiveram o tempo de espera reduzido entre o sinal amarelo e o sinal vermelho. O Conselheiro destacou que o fato é prejudicial porque dá a entender que para o órgão de trânsito a arrecadação é mais importante que o processo de educação do cidadão. Ele declarou que discordava desta atitude porque o interesse do Estado não pode sobrepor o interesse do cidadão. Neste contexto, a Dra. Maria Alice Nascimento de Souza, declarou que o DPRF possui uma cadeira no Conselho Nacional de Trânsito/DENATRAN/MC que ela poderia levar este assunto para ser analisado por aquele Colegiado. Após mais algumas considerações sobre este assunto, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira propôs que fosse aprovada a apresentação de uma moção do Conselho Gestor do Fundo ao Governo do Distrito Federal neste sentido. A proposta foi aceita pelos demais conselheiros.

Por fim, o Presidente informou que a SENASP necessitava que fosse marcada uma reunião extraordinária porque muitos projetos ainda estavam sendo finalizados pelas áreas técnicas. Dito isto, ele solicitou autorização para a realização de reunião extraordinária e com a aquiescência dos Conselheiros a reunião foi marcada para o dia 14/12/2011.

Nada mais havendo para tratar, o Presidente da Sessão encerrou a reunião às dezoito horas e quarenta minutos deste dia. E, para constar, esta Ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

Sidnei Borges Fidalgo
Presidente da Sessão

Guilherme Zambarda Leonardi
Ministério da Justiça

Felipe Daruich Neto
Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Carlos Humberto Oliveira
Casa Civil da Presidência da República

Myron Moraes Pires
Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho
Procuradoria Geral da República